

Obra financiada pelo MEC - Ministério da Educação e Cultura,
FNDE - Fundo Nacional de Educação, dentro do Programa de
Promoção e Divulgação de Materiais Didáticos-Pedagógicos
sobre as Sociedades Indígenas.

Impresso: OPÇÃO Gráfica
Em 1997. Aracaju - Sergipe

Obra gerada pela pesquisa histórica e antropológica
contemporânea.

G. DANTAS, Beatriz
"Xokó" (Grupo Indígena em Sergipe) / Beatriz
Góis Dantas - Aracaju - 1997

p. 45

PROMOÇÃO:
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
SERVIÇO DE ENSINO FUNDAMENTAL
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

Venda proibida

X O K Ó

GRUPO INDÍGENA EM SERGIPE

BEATRIZ GÓIS DANTAS

SUMÁRIO

Apresentação

Onde está a aldeia? Cadê os índios?

1. Recorrendo à Antropologia e à História

Índios, diversidade cultural e etnocentrismo

Identidade, grupos étnicos e etnicidade

História dos Índios

2. Xokó e Missões

As fontes e a localização espacial

As missões.

A missão de São Pedro

3. De índio a mestiço, de caboclo a Xokó

Negação da existência de índios, perda das terras e dispersão

Retomada das terras e reafirmação da identidade Xokó

4. A comunidade Xokó: modo de vida

A aldeia

Agricultura, pesca e pecuária

Cerâmica

Escola e saúde

Religião

Política

5. Conclusão: Índios no limiar do século XXI.

6. Roteiro bibliográfico e fontes de informações sobre índios

APRESENTAÇÃO

A pluralidade cultural do Brasil tem colocado para os que lidam com educação, particularmente com a educação fundamental, algumas dificuldades decorrentes da necessidade de adequar a prática cotidiana do professor em sala de aula ao reconhecimento de uma sociedade plural do ponto de vista étnico e cultural. A falta de informações e de material bibliográfico sobre segmentos específicos dessa sociedade plural estão entre as dificuldades com que se defronta o professor, quando procura abordá-los levando em conta a realidade local. A questão indígena é um desses temas.

Há de reconhecer-se que nas duas últimas décadas, ao fazer-se a avaliação crítica dos livros didáticos, novos materiais foram produzidos enfocando a questão indígena numa perspectiva antropológica e historiográfica a fim de repassar, para professores do primeiro e segundo graus, informações consoante com uma visão que tenta romper com o etnocentrismo e enfrentar a questão da diversidade cultural de forma mais adequada. Desse modo, o professor tem já à sua disposição importantes obras sobre a questão indígena no Brasil adequadas ao seu trabalho específico de sala de aula. A dificuldade se coloca quando tenta trabalhar essas questões com informações sobre a realidade local.

É nesse contexto que se justifica um livro sobre o grupo indígena Xokó. Este pretende ser um livro de consulta do professor, de modo a subsidiar ações didáticas contínuas e que possam ser ampliadas para um público mais representativo do universo escolar. Embora trate especificamente da história e do modo de vida do povo Xokó, procurando compreendê-lo como uma forma de ser índio no limiar do século XXI, busca situar este grupo no conjunto dos índios do Brasil.

A proposta do presente trabalho é fazer com que o conhecimento gerado pela pesquisa histórica e antropológica contemporânea — em grande parte produzido pelas universidades e de circulação restrita ao mundo acadêmico — seja colocado à disposição e alcance dos professores, passando a fazer parte também do circuito de ensino fundamental.

Com isto objetiva-se não só ampliar o nível de informação ao enfocar diferentes maneiras de viver e mostrar a diversidade dos próprios índios, mas também formar atitudes que predisponham os alunos à convivência com a diferença, num clima de respeito e entendimento.

ONDE ESTÁ A ALDEIA? CADÊ OS ÍNDIOS?

Caro professor,

O início deste livro foge aos padrões convencionais. Começa contando um caso que coloca algumas questões muito semelhantes, senão iguais, àquelas com que você, certamente, se defronta na sala de aula ao tratar do grupo indígena Xokó. Este é também um caso vivenciado por professores e alunos. Passou-se na década de oitenta quando um grupo de professores da Universidade Federal de Sergipe, junto com seus alunos, empreendeu uma viagem à ilha de São Pedro para conhecer o grupo indígena.

Depois de abandonar o barco na beira do rio, seguindo por uma trilha estreita e arenosa, o grupo chegou a um arruado de casas muito semelhante ao dos bairros pobres das nossas cidades e, sobretudo, às construções das áreas rurais: teto de duas águas, paredes de barro sustentadas por gradados de varas (taipa), cobertas umas com telhas, outras com palhas. Numa das extremidades havia uma igreja antiga cuja solidez contrastava com o aspecto pobre e frágil das casas já construídas ou ainda em construção. Ao centro, frondosos tamarineiros à sombra dos quais brincavam crianças e mulheres conversavam, enquanto aves domésticas se espalhavam ciscando pelos arredores. É difícil descrever a variedade de tipos humanos que vieram ao encontro dos visitantes: uns de pele acobreada, cabelos lisos e escuros, outros pretos de cabelos encarapinhados, morenos de cabelos ondulados e alguns louros de olhos azuis, todos trajando roupas simples iguais às pessoas da roça.

A essa altura uma das alunas fez a pergunta: *Onde fica a aldeia? Cadê os índios?* Ao ser informada que estava no centro da aldeia e conversando com os índios, espantada, indagou: *Eles são índios de verdade?*

Estas perguntas continuam sendo insistentemente repetidas até hoje nas salas de aula, ou fora delas, quando se trata do povo Xokó. Em grande medida resultam de idéias e imagens que estão cristalizadas e fazem parte do senso comum. Imagens que remetem aos índios que aqui habitavam na época em que chegaram os primeiros europeus: vivem nas matas, são nômades, praticam caça, coleta e pesca, andam nus, pintam o corpo, enfeitam-se de penas e trazem sempre consigo arcos e flechas. Associada a esses traços culturais aparece sempre a caracterização da "raça indígena" como "cabelos lisos e escuros, olhos oblíquos e pele acobreada". Essa visão simplificada, transmitida pela escola e reforçada

por outros meios, não corresponde à realidade de muitas das comunidades indígenas do presente. Ela impede que se veja a variedade de situações vividas pelos índios e que se entenda a diversidade de seus modos de vida. Deixando de lado essa imagem cristalizada de índio, convém pensar o Brasil como um espaço onde a pluralidade étnica e cultural é uma realidade que se impõe e traz para o primeiro plano a questão da diversidade que existe, também, entre os índios.

Para tratar dessas questões, alguns conceitos trabalhados pela antropologia se fazem necessários. Dessa forma, antes de tratar do tema específico deste livro serão apresentados alguns conceitos que ajudam a entender as sociedades indígenas, tanto no passado quanto no presente, e contextualizar adequadamente o povo Xokó.

Além das indicações bibliográficas colocadas nas notas de pé de página, no final do livro, você encontra uma bibliografia com indicação de obras que permitirão o aprofundamento de algumas questões e servirão, também, para auxiliar os trabalhos de pesquisa dos alunos.

Uma informação necessária é que, a fim de padronizar a grafia de nomes de grupos indígenas, neste texto usa-se o k para escrever Xokó, que será grafado em letra maiúscula e sem flexão para o plural, conforme norma adotada entre antropólogos e, hoje, corrente entre índios.

1. RECORRENDO À ANTROPOLOGIA E À HISTÓRIA

Índios, diversidade cultural e etnocentrismo

Atrás do termo índio — nome dado pelos europeus aos primitivos habitantes da América — esconde-se uma grande diversidade de povos, cujas línguas e culturas diferentes foram geradas ao longo de muitos séculos. No Brasil, ainda hoje mais de uma centena de línguas indígenas continuam sendo faladas e uma variedade de culturas informam o modo de viver de cerca de trezentos mil índios que aqui habitam. Nos últimos anos vem se registrando um crescimento da população indígena, o que contraria as previsões de que os índios estariam fadados à extinção.¹

Cultura é uma palavra que tem muitos sentidos. Aqui ela será vista como uma capacidade, que é comum a todos os homens, de atribuir significado à realidade natural ou construída que os cerca e às ações que praticam. A cultura é socialmente construída, isto é, ela é criada pelos grupos humanos e partilhada, através de aprendizagem, pelos membros do grupo. Ao atribuírem significados distintos às coisas e ao mundo, diferentes grupos criam culturas diversas. As culturas se modificam à medida que a situação dos grupos humanos vai se transformando. As transformações implicam também novas criações e não simplesmente perdas. Às vezes cristaliza-se uma cultura, idealiza-se o passado e, diante das novas situações, lamenta-se a perda da “pureza original”. Não se leva em conta que as culturas são dinâmicas e estão em permanente processo de construção. Esse conceito de cultura ajudará a situar os grupos indígenas e a entender sua diversidade no passado e no presente.

Lidar com a diversidade das culturas não é fácil. Uma tendência comum a todos os povos é achar que a sua cultura é a mais correta, a “normal”, a “natural”. Dessa forma, quando um grupo social avalia as outras culturas tomando a sua própria como medida, ele pratica o que se chama de etnocentrismo. Foi por isso que os europeus acharam que os índios eram bárbaros e atrasados. Aliás, muita gente pensa assim até hoje. Essa é uma atitude que precisa ser

¹ - Sobre a demografia indígena no Brasil ver texto de John Monteiro “A dança dos números: a população indígena do Brasil desde 1500” no livro *A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores do 1º e 2º graus*, organizado por Aracy Lopes da Silva e Luís Donisete Benzi Grupioni, Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.

abandonada quando se quer estudar e compreender outros grupos humanos, sobretudo os que são muito diferentes de nós. Para compreender os diferentes grupos indígenas e suas maneiras de viver, é necessário tentar ver o mundo com os olhos daqueles que vivem a sua cultura.

Se compreender culturas muito diferentes causa dificuldade, às vezes é a semelhança que traz problema. Este parece ser o caso dos Xokó. Não são constatadas neles as diferenças físicas e culturais que se espera encontrar nos índios. Isto acontece porque cristalizou-se uma imagem e uma concepção de índio dos tempos pré-cabralinos. Se grupos que habitam em regiões mais isoladas se aproximam dessa representação de índio, o mesmo não acontece com os Xokó. À medida que são diferentes desse modelo de índio que está assentado na cabeça das pessoas, tem-se dificuldade em lidar com eles. O mesmo acontece com muitos outros grupos indígenas do Nordeste. Não se leva em conta que ao longo dos últimos quinhentos anos muitas diferenças foram apagadas, enquanto outras foram e continuarão sendo criadas. Se a história os tornou parecidos conosco, também permitiu que microdiferenças fossem retrabalhadas no processo de reativação de identidades étnicas.

Identidade, grupos étnicos e etnicidade

Um dos fenômenos mais visíveis nas últimas décadas é o reavivamento das etnias. Em várias partes do mundo grupos étnicos dados como assimilados reafirmaram sua identidade realçando elementos culturais tidos como tradicionais.

Uma das formas possíveis de entender o que hoje se passa é ver os grupos étnicos não como unidades fechadas, mas em interação com outros segmentos da sociedade no interior de sistemas multiétnicos. Nesse contexto a identidade não deve ser entendida como algo dotado de uma essência específica, mas como “a percepção de uma continuidade, de um processo, de um fluxo, em suma, uma memória.”² A identidade étnica é, dessa perspectiva, algo que se constrói/reconstrói no processo da vida social. Que se elabora no contato com outros grupos dos quais se quer diferenciar. Sobretudo nas situações de crise e de disputas por interesses há a produção de uma consciência étnica, ressaltando-

² - Conforme Manuela Carneiro da Cunha no artigo “O futuro da Questão Indígena” publicado no livro *A Temática Indígena na Escola* p. 130.

se aspectos positivos dessa identidade social e politicamente orientada, dando margem à etnicidade. Acionar identidades étnicas é uma forma de conquistar espaços e, dessa forma, grupos étnicos são também formas de organização que se manifestam em dados contextos históricos. Buscando referências nas suas origens e na cultura, percebem-se como distintos dos demais grupos com os quais interagem e põem ênfase em certos traços da cultura.

No Nordeste, depois de terem ocultado sua condição de índios ou de terem assumido a identidade de caboclos, etnias indígenas têm ressurgido nas duas últimas décadas. A recuperação da identidade étnica se faz junto com as reivindicações pela posse de terras. Mas a identidade étnica não se reduz à dimensão territorial. Ela implica a reelaboração de tradições específicas, de diferenças que estabeleçam o contraste com os demais grupos com os quais interagem e que atribuam sentido ao seu viver. Cabe lembrar aqui o conceito de cultura, já referido, e enfatizar que ela não é simplesmente um conjunto de traços dados, mas algo constantemente reinventado, recriado e que ganha novos significados no interior de sistemas que se modificam. Lembrar, mais uma vez, que os significados mudam mesmo que alguns objetos e formas não tenham sido alterados. Dançar o toré numa praça ou numa escola para mostrar a dança indígena e, portanto, que os dançarinos são índios, não é a mesma coisa que realizar a dança na aldeia como parte dos seus rituais, realizados por vezes em segredo. Sob a aparência de ser tradicional, o traço cultural alterou-se em seu significado, ainda que a forma seja a mesma, e o fez em função do novo sistema no qual se acha inserido. Por isso não se pode pensar a cultura como algo posto e acabado, mas sim em permanente construção.

São, portanto, como grupos humanos que interagem no presente, que devem ser vistos os atuais Xokó. Não simplesmente como índios do passado, embora a história tenha um peso na construção de sua identidade. A diferença que já não é visível no tipo físico vai sendo recriada através da incorporação ou avivamento de traços culturais tidos como indígenas, embora muitos deles sejam também partilhados pelas populações regionais.

Ser índio é um modo de identificação social e o social não se define pelo biológico. Os Xokó na medida em que se percebem como tendo uma origem vinculada a populações nativas, articulando internamente certos elementos de uma vivência coletiva, constituem-se como comunidade indígena. Ser índio é pertencer a uma dessas comunidades e ser por elas reconhecido. Aqui o termo índio tem um significado mais técnico, mais especializado, sendo de uso corrente

entre antropólogos e outros profissionais que lidam com os índios. Não importa saber se o grupo conserva elementos de sua cultura original — mesmo porque muitas vezes ela é desconhecida — ou traços biológicos que são tidos como próprios de índios. Importa sim, a autodefinição coletiva.³

Desse modo, os Xokó, como muitos outros grupos indígenas do Brasil, particularmente do Nordeste, apesar do tipo físico e da cultura não corresponderem ao modelo de índio vigente no senso comum, identificam-se como índios e têm o sentimento de pertencerem a um grupo de referência muito definido: a comunidade indígena.

Essa forma de ver os índios, que incorpora elementos de uma definição legal, permite dar conta de fenômenos históricos atuais, como a revitalização de sociedades indígenas no Brasil.

História dos índios

Geralmente o estudo da história é centrado na perspectiva do europeu. Neste sentido é uma história eurocêntrica que omite ou minimiza outros povos e outras culturas. Não se leva em conta que as sociedades indígenas também têm história. História que remonta a milênios, embora ela permaneça ainda muito pouco conhecida. Enquanto os arqueólogos trabalham para reconstituir através dos restos e vestígios deixados pelos grupos humanos suas rotas de migração pelo território e suas formas de viver, etnólogos e historiadores usam narrativas das tradições orais, documentos escritos e outras fontes tentando conhecer o passado dos grupos indígenas. A questão das fontes é fundamental na produção desse conhecimento da história dos índios. Cada uma delas tem seus limites próprios. Por exemplo, para os índios do Brasil as fontes escritas limitam-se aos últimos quinhentos anos e registram a história que se desenrola com a chegada dos europeus. Mesmo esta é ainda pouca conhecida. Sabe-se que é uma história marcada por contato entre povos diferentes e por confrontos entre populações que tinham visões de mundo e interesses diversos. O francês Jean de Léry, em

³ - Sobre critérios para a definição de índio ver *Índios no Brasil* de Júlio César Melatti. São Paulo, Hueitec, 48ª edição, 1983. Sobre auto-identidade, questões de identidade étnica e etnicidade consultar: "Critérios de indianidade ou lições de antropofagia", "Parecer sobre os critérios de identidade étnica" *Etnicidade, da cultura residual mas irreduzível*, textos de Manuela Carneiro da Cunha publicados no livro *A Antropologia do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1992.

seu livro *Viagem à Terra do Brasil*, registrou a estranheza de um velho índio Tupinambá diante dos europeus por acumularem riquezas e deixá-las para seus filhos. Na sua avaliação isso era uma grande tolice (loucura segundo outras traduções), pois dizia ele, a terra que nos alimentou os alimentará. Embora um tanto etnocentricamente, aí está colocada uma das diferenças marcantes entre sociedades indígenas e os representantes das sociedades européias com quem entraram em contato a partir do final do século XV. O sistema tribal no qual viviam os índios baseava-se numa economia de subsistência onde as relações de parentesco e a cooperação entre membros descendentes de um mesmo ancestral tinha uma importância fundamental. Para os europeus, cujos valores eram outros, se sobressaía a produção e o acúmulo de riquezas. Comércio de pau-brasil, mineração, criação de gado, produção de açúcar etc. foram formas que Portugal encontrou de extrair riquezas da sua colônia. Além das diferenças na sociedade e na cultura os índios enfrentaram um complexo jogo de interesses em que colonos, missionários e governo nem sempre se entendiam. Os índios eram vistos e tratados como pagãos a serem cristianizados, como guerreiros a serviço do Rei e, sobretudo, como mão-de-obra, sendo freqüentemente exterminados quando se opunham à ocupação dos seus territórios e à escravização. O impacto da conquista e da colonização européia sobre os nativos foi brutal. Resultou em intensa mortalidade provocada por doenças, guerras, fome e desorganização das aldeias. Levou ao desaparecimento de muitos povos indígenas. Provocou mudanças na distribuição dos grupos humanos pelo território, através de várias formas de transferências de populações. Do lado destes — aqui a face menos conhecida — além das fugas para o interior (às vezes eram povos inteiros que migravam), guerras, rebeliões, retorno grupal para as selvas depois de terem vivido em aldeamentos, alianças com brancos ou negros, com europeus de procedências diversas e apelo às autoridades exigindo direitos foram algumas das formas através das quais se fizeram presentes na história. Fizeram-se presentes também de outros modos. Interpretando o encontro/desencontro com o homem branco e incorporando-o às suas mitologias e narrativas procurando, com os recursos das suas culturas baseadas na oralidade, dar um sentido ao que viam e viviam. Dessa perspectiva, a proposta será no sentido de recuperar processos de interação entre índios e as populações surgidas com a

colonização, procurando ver os índios como atores históricos e não simplesmente como vítimas da expansão européia.⁴

Tendo como referência esse quadro geral, é possível compreender os Xokó enquanto grupo indígena em interação com brancos, com negros e com outros índios sobretudo da região Nordeste. Tentar recuperar uma história que tem na missão uma referência constante.

2. XOKÓ E MISSÕES

As fontes e a localização espacial

As referências mais antigas a índios denominados Xokó referem-se a grupos situados nas imediações do rio São Francisco. Este rio exerceu forte atração sobre populações humanas. Via natural de deslocamento, às suas margens e dos seus muitos afluentes abrigaram-se grupos indígenas diversos que, espalhando-se pelo vale, ocuparam a região desde épocas bastante remotas. As pesquisas arqueológicas, entre as quais se destacam as realizadas na região de Xingó, indicam a ocupação do vale por populações humanas que precederam em milênios a presença dos europeus na área.

Somente no final do século XVII encontram-se em fontes escritas referências a grupos Xokó. Por essa época o avanço da mineração e da pecuária nos sertões da região sanfranciscana se intensificara, atraindo missionários que vão retomar com força os trabalhos de catequese, sobretudo, após a expulsão dos holandeses que durante décadas disputaram com os portugueses o domínio do Nordeste. É nesse contexto, em que populações nativas tendo se defrontado com criadores de gado, guerras e missões que provocaram alterações na localização de grupos e fizeram surgir novos arranjos de sobrevivência, que os Xokó aparecem nos documentos.

As informações deixadas por missionários, funcionários do governo ou viajantes não permitem saber como era o seu modo de vida ou a língua que

⁴ - Ver "O Desafio da História Indígena" ensaio escrito por John Monteiro e publicado do livro já citado: *A Temática Indígena na Escola*. Ver também *História dos Índios no Brasil*, coletânea de ensaios organizada por Manuela Carneiro da Cunha. São Paulo, FAPESP/CMC/Companhia das Letras, 1992.

falavam na época em que chegaram os portugueses.⁵ O que as fontes escritas dizem sobre eles traz a marca da presença do homem branco que conquistou suas terras, impôs sobre ele o seu domínio, e deixou ligeiras referências — quase sempre muito etnocêntricas — através das quais procura-se hoje narrar momentos de sua trajetória em conexão com as missões.

A memória social do grupo hoje radicado na ilha de São Pedro, transmitida por via oral, retém relatos de acontecimentos e tradições que se reportam, sobretudo, ao século passado. Desse modo, o que se conhece sobre os Xokó é resultante do encontro e desencontro entre índios, negros e brancos. Encontro marcado por interesses diversos, por trocas, alianças e conflitos ao longo dos tempos.

Grafados sob diferentes formas — Shocó, Xocó, Chocó, Chocoz, Ciocó, Ceocose — surgem quase sempre associados a espaços missionários.⁶ Há registro de Xokó em tempos passados, num espaço geográfico que vai de Sergipe ao sul do Ceará. Entre os séculos XVII e XVIII sua presença é indicada ora na margem esquerda, ora na margem direita do Rio São Francisco, em terras que hoje integram os estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Há referências a Ciocó em Pacatuba, missão fundada pelos capuchinhos no final do século XVII, e mais tarde já no século XIX, grafados como Ceocose, sua presença no território sergipano vai ser registrada em São Pedro do Porto da Folha, também uma antiga missão dos capuchinhos. São do início do século XIX notícias de que grupos de índios denominados de Shocó viviam errantes nos sertões de Pernambuco e sul do Ceará. Teriam fugido de missões e embora relutassem em viver aldeados terminaram sendo mais uma vez recolhidos a espaços missionários.

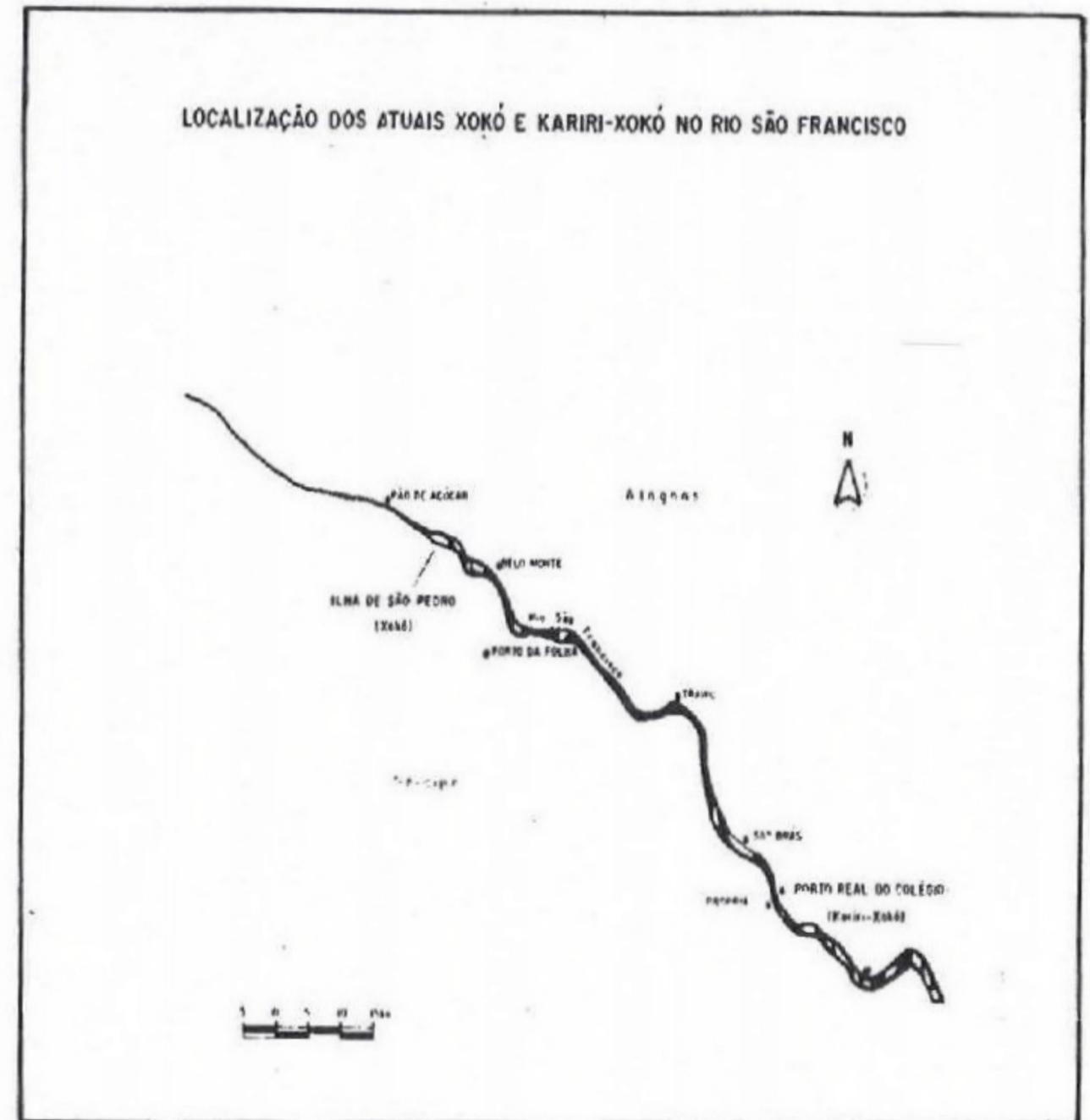
No século XX persistem remanescentes de grupos identificados como Xokó em localidades que foram antigas missões como São Pedro do Porto da Folha (SE) e Porto Real de Colégio (AL). Nestas duas localidades hoje vivem

⁵ - Sobre as tentativas de filiação lingüística do grupo ver: "A Tupimania na Historiografia Sergipana" texto publicado por Beatriz Góis Dantas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, nº 29, 1983-1987.

⁶ - As diversas formas de escrever o nome tribal resultam do modo como os autores da escrita, muitos deles europeus, reproduziam o nome à luz das suas línguas de origem. Ciocó é a forma escrita por um padre italiano.

os Xokó. Um grupo habita no lado sergipano do rio, mais precisamente na Caiçara e na ilha de São Pedro, no município de Porto da Folha. Do outro lado do rio, no município alagoano de Porto Real de Colégio, fica a aldeia dos Kariri-

Xokó. A presença dos Xokó junto aos Kariri é, como se verá resultante das migrações que os índios de São Pedro fizeram desde fins do século passado quando as pressões do lado sergipano se fizeram mais fortes. Diferentes levadas buscaram abrigo entre índios da antiga missão de Colégio formando a comunidade Kariri-Xokó. A proximidade geográfica e as relações de parentesco entre os dois grupos fizeram com que, ao longo dos tempos, eles mantivessem contatos, encontros e desencontros.



As missões

As missões inscrevem-se no circuito colonial tendo como objetivo básico a catequese dos índios. Estão porém relacionadas com a abertura de novas áreas que vão sendo penetradas pelos colonos que viam as populações nativas como mão de obra a ser escravizada. Tentando mediar essa relação conflituosa os missionários reuniam os índios em aldeamentos e, com o apoio da Coroa, empreendiam a catequese e a civilização. Para catequizar os índios, os padres reuniam-nos em aldeamentos aprendiam as línguas nativas e nelas escreviam catecismos apresentando os ensinamentos da doutrina cristã e reduzindo as crenças e práticas das religiões indígenas a superstições e pecados que deveriam ser combatidos. Impondo aos índios a modificação ou substituição de suas crenças, de seus deuses, de seus costumes, de suas instituições, as missões apesar de lutarem contra a escravização do índio e tentarem amenizar as relações destes com os colonos, representavam também uma violência contra o modo de vida dos índios. A residência fixa numa aldeia regida por padres conduzia à destruição das bases de sua organização social e à modificação de suas culturas, através da imposição de novos modos de viver.

Espaços destinados a transformar índios pagãos em cristãos, as missões não deixavam de atender também aos objetivos da colonização portuguesa. Reuniam homens usados como soldados para combater negros fugidos, índios rebeldes e estrangeiros invasores. Eram também reserva de mão-de-obra onde os colonos, com baixo custo, encontravam trabalhadores para diversas atividades.

Desse modo, as missões, enquanto espaços onde se defrontam interesses diversos, eram também um mundo de contradições. De um lado, promoviam o nivelamento das populações indígenas que, diferenciadas culturalmente em suas origens, se viam sujeitas a um regime homogeneizador. Privados das suas instituições sociais tribais, que serviam de suporte a um certo modo de vida, os índios das missões viram suas culturas se desmoronarem sob o impacto da nova ordem que se impunha, enquanto novas formas de relacionamento e de viver eram criadas.

De outro lado, além de amenizar as relações entre índios e colonos, ao delimitar no espaço físico uma base territorial onde os nativos desenvolviam não só atividades de subsistência, mas nelas identificavam pontos de referência de uma história comum, as missões forneceram suportes de uma coesão grupal que, mais tarde, lhes permitirá reativar memórias que entram na reelaboração

de identidades ao longo do processo histórico do qual são também atores.

Em Sergipe, ainda na primeira metade do século XIX, restavam cinco povoações indígenas: Aldeia de Água Azeda, Missão de Nossa Senhora do Carmo da Japarutuba, Missão de São Félix de Pacatuba, Missão de São Pedro do Porto da Folha e Vila de Tomar do Geru. Com exceção de Água Azeda, aldeia localizada perto de São Cristóvão, as demais aglomerações indígenas eram resultantes de missões, onde foram sendo recolhidos os índios à medida que se expandia a ocupação da terra pelos colonos.⁷ É na missão de São Pedro que, juntamente com outros grupos indígenas, se desenrola parte da vida dos Xokó.



⁷- Para uma visão geral sobre os índios em Sergipe, da conquista aos dias atuais, ver o capítulo "Os Índios em Sergipe", escrito por Beatriz Góis Dantas e publicado no livro *Textos para a História de Sergipe*, coordenado por Diana de Faro Leal Diniz. UFS/BANESE, 1991. Outras indicações mais específicas, inclusive sobre a história de outros aldeamentos, encontram-se no final deste livro no capítulo intitulado: Roteiro bibliográfico e de informações sobre índios.

A missão de São Pedro

As origens da missão de São Pedro do Porto da Folha datam de fins do século XVII, quando se intensifica a ocupação do vale do São Francisco pelos colonos através da pecuária. Em conexão com esse movimento, várias ordens religiosas, entre as quais a dos capuchinhos e jesuítas, fundaram inúmeras missões na região. Entre os Aramuru (Orumaru) — índios aliados dos portugueses na luta contra os holandeses — os capuchinhos fundaram a missão que ficará conhecida como São Pedro do Porto da Folha.⁸ Rio abaixo fundaram a missão de São Félix de Pacatuba que tinha um subaldeamento de índios denominados Ciocó (Xokó).

A sobrevivência dos grupos indígenas reunidos nas missões encravadas em áreas já ocupada pelos brancos, dependia do acesso a terras de onde pudessem retirar sua subsistência, vivendo sob as ordens dos missionários. A Coroa reconheceu aos índios aldeados direitos sobre terras que lhes foram doadas. Merece ser citado o Alvará de 1700 que mandou dar uma légua em quadra de terra para cada missão. A posse e uso dessas terras vão ser motivo de muitos atritos nas aldeias, sobretudo porque eram constantemente invadidas pelos rebanhos dos colonos que destruíam as plantações dos índios. Já em 1724, há tentativas de tornar sem efeito a doação das terras feita aos índios da missão de São Pedro propondo os fazendeiros que eles fossem transferidos para a missão de Pacatuba. Apesar das dificuldades enfrentadas e das lutas com os criadores de gado, as duas missões se firmaram e chegaram ao século XIX.

A documentação relativa à missão de São Pedro no século passado registra uma população indígena que oscila entre 300 e 127 índios. Dentre diversos fatores que podem explicar essa oscilação de população inclui-se o trânsito dos índios entre diferentes aldeamentos, provocando alteração no número e composição da população registrada. Ora o contingente indígena diminuía devido ao abandono da aldeia por uma parcela da população que se dirigia para outras aldeias aparentadas, ora crescia devido ao movimento inverso de índios que aí chegavam, como ocorreu em 1827, quando 44 índios de Curral

⁸ - Uma narrativa histórica mais detalhada sobre a missão de São Pedro do Porto da Folha pode ser encontrada em texto escrito por Beatriz Góis Dantas para o livro "Terra dos Índios Xokó", Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1980. Neste livro estão indicados os documentos que servem de base ao resumo aqui apresentado.

dos Bois, missão localizada nas proximidades, se transferem para a ilha de São Pedro.

Essas transferências de população indígena eram, muitas vezes, impostas pelos brancos e atendiam aos seus interesses. Noutras vezes eram grupos de índios insatisfeitos com missionários, tangidos por disputas entre facções internas, ou por quaisquer outras razões, que abandonavam a missão refugiando-se nas matas ou buscando abrigo em outro aldeamento. Disso resultava que as missões terminavam por abrigar índios de procedências e tradições culturais diversas, que iam sendo niveladas com o passar dos tempos e a pressão exercida pelos missionários empenhados em cristianizá-los e civilizá-los. Desse modo, explica-se porque a missão de São Pedro, organizada inicialmente entre os Aramuru, abrigava no século XIX também os Ceocose (Xokó) que teriam vindo de Pão de Açúcar.

Nessa época, a aldeia não era habitada apenas por índios. Desde o século anterior, como consequência da política inspirada pelo Marquês de Pombal, se incentivara a abertura das missões, os casamentos entre índios e brancos e, com isso, uma população de não índios passou a residir nas terras da missão. Os capuchinhos foram substituídos por padres seculares. Fundou-se a freguesia com sede na ilha e houve uma abertura da missão para a população regional. Mas diferenças persistiam. Em 1829, registra um documento, que as mulheres "índias" eram louceiras — trabalhavam com cerâmica — enquanto as "portuguesas" — denominação com que se indicava as mulheres não índias — eram costureiras, rendeiras, fiandeiras, deixando assim entrever que essas atividades preferenciais na divisão do trabalho feminino apontam para elementos de distinção entre diferentes segmentos sociais em estreito contato. Ou seja, na interação com brancos e negros, os índios tinham diferenças em relação ao resto da população através de um acervo de experiências comuns cotidianamente vividas e reconstruídas ao se reportarem a uma ancestralidade coletiva, em que as origens indígenas eram revividas também através dos seus rituais religiosos que o zelo missionário dos padres não conseguira de todo erradicar.

A partir de 1849 os capuchinhos retornaram à missão de São Pedro. Vieram convidados pelo governo da Província para exercer a catequese, atividade que o governo imperial decidira a eles confiar. Nessa nova fase da ação missionária destacou-se a figura do Frei Doroteu de Loreto, um frade italiano que viveu na missão durante quase trinta anos na segunda metade do século passado, e marcou profundamente o imaginário das populações

locais. Nos relatos orais dos atuais Xokó o frade é apresentado como um santo homem a quem atribuem a fama de milagreiro. Ao mesmo tempo, ressaltam o empenho desse missionário em acabar com as práticas religiosas que os índios continuavam realizando às escondidas, no terreiro da Caiçara. Quando surpreendidos, eram severamente punidos, como admite o próprio frade em 1859, ao flagrá-los em ritos que ele qualificava de “assembléias noturnas com danças supersticiosas contrárias à religião”.⁹

Outro evento evocado com força na memória do grupo é a visita de Dom Pedro II à missão. Fato ocorrido em 1859, quando o Imperador, em viagem ao Nordeste, vai conhecer a cachoeira de Paulo Afonso e se detém algum tempo na pequena ilha. Segundo a tradição oral, dentro da igreja e na presença do frade, teria feito a doação da terra para os índios com “uma légua de frente e outra de fundo”. Por essa forma, vai se transmitindo de uma geração a outra a memória do grupo, com relatos através dos quais os Xokó buscam provar a legalidade das terras do aldeamento, terras secularmente disputadas pelos criadores de gado. Embora os documentos não indiquem essa doação feita por Dom Pedro – cujo diário registra contudo queixas dos índios contra o missionário que arrendava as terras – várias fontes escritas atestam que, em virtude das leis portuguesas, os índios de São Pedro receberam uma légua de terra, cuja demarcação, desde o século anterior, os fazendeiros procuravam tornar sem efeito e delas apossar-se.

⁹- Documentos do Arquivo Público Estadual corroboram relatos orais sobre a prática missionária do Frei Doroteu. Ver o já citado *Terra dos Índios Xokó e Documentos para a História Indígena no Nordeste*, organizado por Sílvia Porto Alegre, Marlene Mariz e Beatriz G. Dantas. NHI/USP/EAPESP, 1994. Sobre o Frei Doroteu na missão de São Pedro consultar *Capuchinhos na Bahia* de Frei Vitorino Regni, vol. 2. Ed. Palloti, 1988.

3. DE ÍNDIO A MESTIÇO, DE CABOCLO A XOKÓ

Negação da existência de índios, perda das terras e dispersão

Durante o século XIX a questão da terra passa a ser central nas relações entre índios e regionais. O Estado brasileiro regulamenta a propriedade fundiária (Lei de Terras de 1850) e cria brechas para que os índios, sobretudo aqueles que estavam em áreas de colonização mais antiga, fossem expropriados dos seus territórios. Um dispositivo legal manda incorporar aos bens da nação “as terras dos índios que já não vivem aldeados, mas sim confundidos na população civilizada” (Aviso de 21/10/1850).

De imediato muda o discurso das autoridades da Província de Sergipe em relação ao índio. Antes da referida lei admitiam a existência dos índios e pediam missionários para cuidar deles. Imediatamente após a referida lei as aldeias passam a ser apresentadas como habitadas por “pessoas de diferentes castas” e “mestiços confundidos na massa da população” justificando, assim, a expropriação de suas terras. Nestas circunstâncias fala-se explicitamente das terras que, de direito e por títulos, pertenciam aos índios. Em relação a São Pedro, diz o presidente da Província, em correspondência dirigida ao governo central, que elas se estendiam por uma légua e deviam ser transformadas em fazendas de gado.

Com base numa ideologia assimilacionista de construção da nação, em que a mestiçagem é invocada como um diluidor da etnia indígena, e em leis que foram interpretadas de modo que convinha aos interesses dos fazendeiros, o governo decreta a extinção da Diretoria de Índios em Sergipe (1853). A existência de índios passa a ser negada. No final do século os registros oficiais já não fazem referência a índios em Sergipe. Nos levantamentos censitários aparece a categoria caboclo, uma nova forma de classificar os habitantes das antigas aldeias. Enquanto isso, vão sendo tomadas medidas que culminam com a perda das terras por muitas comunidades indígenas. O processo é bastante visível no Nordeste, mas também em muitos outros lugares do Brasil os índios perderam as terras tradicionalmente ocupadas por seus ancestrais.

Na missão de São Pedro, o Frei Doroteu, enquanto viveu, manteve-

se como missionário e interlocutor das autoridades nas questões relativas aos índios. No final da década de setenta, com a morte do frade, as terras do antigo aldeamento foram doadas à Câmara de Ilha do Ouro. Passaram depois para a Câmara de Porto da Folha e foram aforadas aos fazendeiros (1888). Mais tarde passaram para a prefeitura e, tempos depois, foram vendidas a particulares.

Ao longo desse processo é possível acompanhar as articulações dos índios tentando mantê-las sob seu domínio. Já em 1888, quatro representantes seus foram ao Rio de Janeiro, então sede do Governo Central, reclamar seus direitos junto ao Imperador. Convencidos de que fora o Rei que lhes dera as terras, ele haveria de garanti-las. As providências tardam, e dois anos mais tarde nova viagem foi empreendida. Mudara o regime político do país. Não mais havia a figura do rei, mas as viagens à sede do governo central persistiam como estratégia para ter as terras de volta. Nova viagem foi feita em 1916 sob a liderança de Inocêncio Pires, índio que já participara da viagem anterior e continuou, durante a primeira metade deste século, lutando para reaver as terras do antigo aldeamento.

Enquanto isso, os índios eram dispersados pela violência. Um grupo transferiu-se para Porto Real do Colégio, uma antiga missão dos jesuítas no território alagoano, onde ainda hoje vive formando a comunidade Kariri-Xokó. Muitos migraram para diversas localidades das vizinhanças, enquanto outros permaneceram nas terras de São Pedro e da Caiçara trabalhando nos arrozais como meeiros, ou assalariados, vivendo de pesca ou de cerâmica fabricada pelas mulheres. Ainda na década de cinquenta, remanescentes de Xokó foram encontrados em São Pedro por antropólogos que pesquisavam no vale do São Francisco. Eram referidos pela população regional como caboclos, identidade que tinham assumido mas, muitas vezes, eram obrigados a esconder, camuflando assim as origens indígenas que os expunha à violência. Para os *caboclos da Caiçara*, naquele contexto, assumir publicamente uma identidade que remetia às origens indígenas era colocar-se na mira dos fazendeiros. Afinal, fora em nome de uma proclamada extinção dos índios que os proprietários rurais tiveram acesso legalizado às terras do antigo aldeamento. Assim, os que optaram por permanecer nas terras, desenvolveram formas de acomodação, colocando-se como trabalhadores e moradores nas terras do patrão, mantendo com este relações de dependência e clientelismo tão comuns nas áreas rurais nordestinas. As histórias das experiências coletivas vividas nos tempos da missão estavam guardadas na memória dos velhos, sendo reativadas nos momentos de

reencontro com o grupo que se abrigara em Colégio. Este, vivendo junto com os Kariri afirma-se como Xokó. A identidade étnica lhe permitia um espaço de negociação na convivência com o outro grupo indígena, com o qual divide o território, e com a sociedade envolvente. Vivendo em área indígena e colocado sob a proteção do antigo Serviço de Proteção aos Índios desde a década de 40, pleiteou junto a este, já nos anos sessenta, o retorno às terras do antigo aldeamento de São Pedro. Seu pleito não encontrou, contudo, ressonância na sociedade e nada conseguiram.¹⁰

A retomada das terras e a reafirmação da identidade Xokó

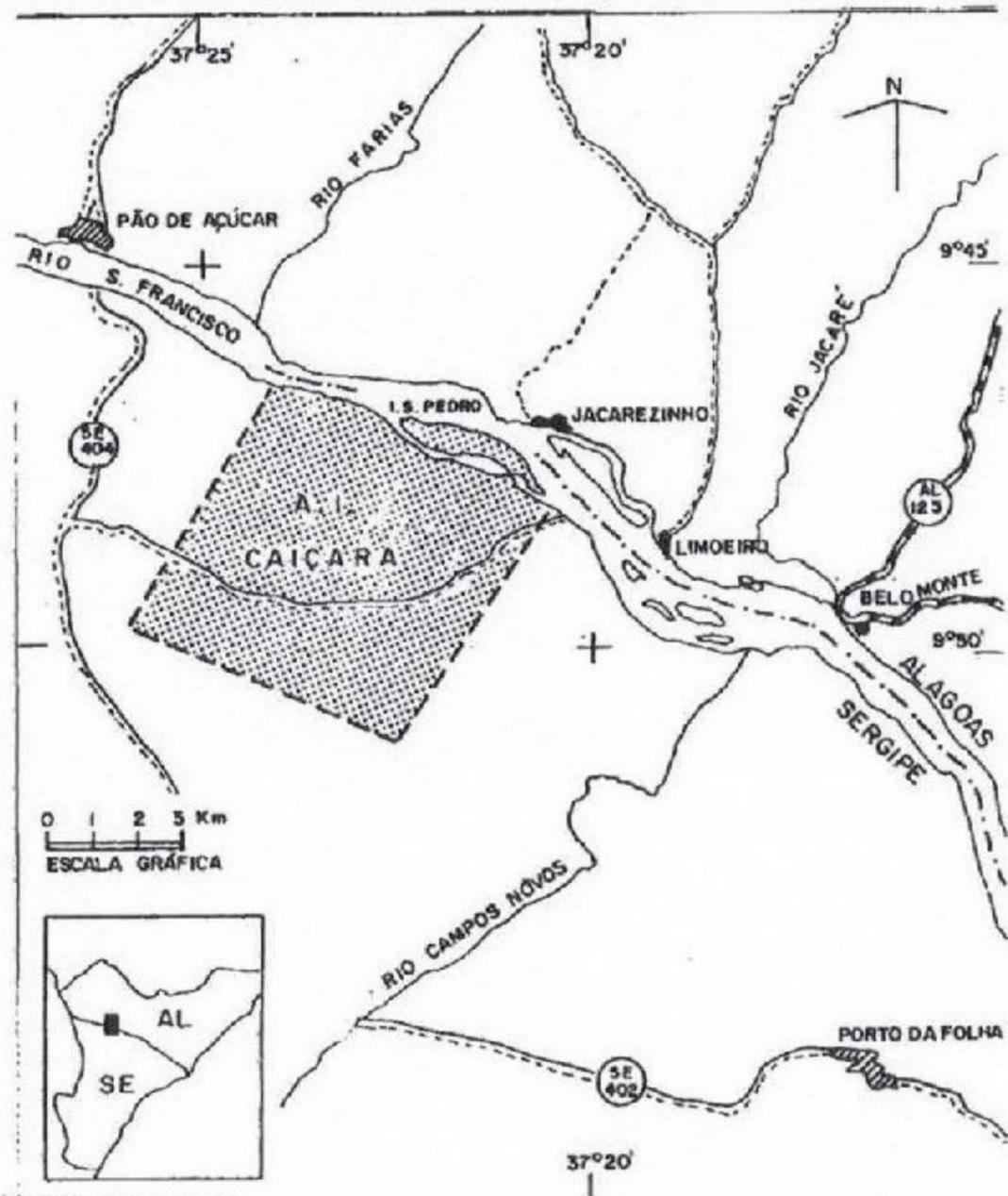
Na passagem da década de setenta para oitenta deste século, descendentes dos habitantes da missão de São Pedro, que atravessaram quase cem anos tentando reaver as terras do antigo aldeamento, vão encontrar condições de realizar seu intento. Iniciam então o movimento de retomada da ilha. Este é um movimento que deve ser situado no contexto geral da sociedade brasileira onde emergem, com vigor, lutas pelos direitos das chamadas minorias. Momento em que a diversidade e a diferença, como valores positivos, passam a ser trabalhados e se busca o reconhecimento do país em sua pluralidade étnica e cultural. É pois um momento bem diferente do século XIX, em que vigorava a idéia de construção de uma nação monolítica, na qual o índio idealizado do passado entrava como fornecedor de símbolos da nação emergente na qualidade de uma das "etnias formadoras", enquanto os índios reais de carne e osso tinham sua identidade étnica negada sendo desapossados de suas terras.

Quase cem anos depois, no contexto político e intelectual da década de oitenta deste século, em que a luta pelos direitos de cidadania procura incorporar as diferenças, esses *caboclos da Caiçara*, trabalhadores rurais que têm uma história vinculada aos índios da antiga missão de São Pedro, reativam a memória, trabalham a identidade Xokó, lutam pelas terras que tinham perdido há quase um século e conseguem reavê-las, apoiados por muitas alianças que envolvem setores da igreja católica, como a diocese de Propriá, o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), estudantes e professores

¹⁰ - A tentativa dos Xokó de Colégio de reaverem as terras que foram obrigados a abandonar em Sergipe está analisada por Vera Calheiros Mata, numa tese de doutorado intitulada: *A Semente da Terra: identidade e conflito territorial por um grupo indígena integrado*. Museu Nacional do Rio de Janeiro em 1989.

universitários, sindicatos, imprensa, intelectuais, entidades governamentais e não governamentais¹¹. A FUNAI os reconhece como índios com direitos sobre as terras de Caiçara e ilha de São Pedro. Esta é desapropriada pelo governo estadual (Decreto 4530 de 07.12.79) e repassada para a União para se constituir território indígena. Pela Constituição do Brasil as terras ocupadas pelos índios são bens da União cabendo às comunidades indígenas a sua posse e usufruto. Sob a influência da FUNAI e presença de agentes religiosos vinculados à ala progressista da igreja católica se desenvolve a implantação da comunidade na pequena ilha de 96 hectares. Somente em 1993

TERRA DOS XOKÓ EM SERGIPE: CAIÇARA E ILHA DE SÃO PEDRO



Fonte: Atlas das Terras Indígenas no Nordeste.

PEUIMuseu Nacional, Rio de Janeiro, 1993.

¹¹ - Dentre as muitas entidades que têm apoiado os Xokó merece ser citada a Comissão Pró-Índio de São Paulo. Entidade com o mesmo nome foi criada em Sergipe em 1981, congregando principalmente estudantes e professores da UFS, tendo uma atuação voltada sobretudo para discussão das questões indígenas nas escolas e junto à população de Aracaju. A Comissão Pró-Índio de Sergipe, cuja organização era muito informal, foi desativada por volta de 1986.

Somente em 1993 se efetivou a posse da Caiçara (área de 4.220 hectares) que fora homologada como área indígena pelo Governo Federal (Decreto 401 de 24.12.91).

O que está aqui resumido em poucas linhas, na verdade não dá conta da intensa mobilização dos índios e seus aliados, do clima de violência e permanente tensão que enfrentavam na área, dos processos na justiça, da tramitação burocrática, de todo um emaranhado de ações e conflitos que a imprensa, de modo geral, foi registrando à medida que iam ocorrendo.

Mais ou menos na mesma época em que o grupo que se identifica como Xokó retoma em Sergipe terras do antigo aldeamento de São Pedro, o grupo Kariri-Xocó que vive em Porto Real de Colégio, consegue ampliar o território sob seu controle na margem alagoana do rio São Francisco.¹² Outros grupos de trabalhadores rurais nordestinos, descendentes de índios historicamente vinculados às antigas missões se articulam, reativam a identidade étnica e conseguem recuperar parte de territórios que estavam sob seu domínio em tempos passados. Junto com a reconquista das terras e a retomada da consciência étnica, prossegue o processo de construção de um modo de vida, a recuperação ou adoção de traços culturais para exibir a diferença insistentemente cobrada e revivida como elementos significativos do ser índio. Não é simplesmente um retorno ao passado, mesmo porque isso seria impossível. É um modo de viver que, referenciando-se num passado que comporta, inclusive, forte dose de idealização da tradição indígena e da vida na missão, incorpora as mudanças recentes que atingem a região sanfranciscana. Dentre estas, registre-se a intervenção do Estado através de construção de hidrelétricas e das barragens que afetam o próprio rio, alterando seu sistema de cheias e vazantes cuja regularidade regia calendários agrícolas e ciclos de pesca das populações ribeirinhas. Registram-se, também, alterações nas relações entre proprietários de terras e trabalhadores rurais quebrando-se formas de convivência e acomodação secularmente estabelecidas. Acirram-se as questões fundiárias. É nesse contexto que os Xokó vão encetar a experiência de reconstruir nas terras do antigo aldeamento a comunidade onde vai delinear-se uma nova forma de viver. Nos processos de reativação étnica ocorrem dois movimentos simultâneos: a constituição da comunidade e a formação da cultura enquanto elaboração simbólica que vai cimentar a coesão grupal.

¹² - Ver o já citado trabalho: *A Semente da terra: identidade e conflito territorial por um grupo indígena integrado*.

Homologação e demarcação administrativa
da Terra Indígena Caiçara/Ilha de
São Pedro, no Estado de Sergipe.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada, para os efeitos do artigo 231 da Constituição Federal, a demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, da Área Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro, localizada no Município de Porto de Pedras, Estado de Sergipe caracterizada como de ocupação tradicional e permanente do Grupo Indígena Xokó, com superfície de 4.316,7768 ha (quatro mil, trezentos e dezesseis hectares, setenta e sete ares e sessenta e oito centímetros) e perímetro de 35.529,93 metros (trinta e cinco mil, quinhentos e vinte e nove metros e noventa e três centímetros).

Art. 2º A Área Indígena de que trata este Decreto tem a seguinte delimitação: **NORTE:** Partindo do Marco 12 de coordenadas geográficas aproximadas 09°46'56,9"S e 37°23'54,4"Wgr., segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 31°52'58,4" e 161,999 metros, até o Ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 09°46'50,4"S e 37°23'51,6"Wgr., localizado na margem direita do Rio São Francisco; daí, segue por este à jusante, com uma extensão de 6.920,48 metros, até o Marco 00 de coordenadas geográficas aproximadas 09°48'17,8"S e 37°20'29,4"Wgr., localizado na margem direita do referido rio. **LESTE:** Do marco antes descrito, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 214°52'31,6" e 1.614,026 metros, até o Marco 01 de coordenadas geográficas aproximadas 09°49'01,1"S e 37°20'59,5"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 214°51'52,7" e 1.406,234 metros, até o Marco 02 de coordenadas geográficas aproximadas 09°49'38,8"S e 37°21'25,7"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 214°51'15,9" e 1.537,217 metros, até o Marco 03 de coordenadas geográficas aproximadas 09°50'19,8"S e 37°21'54,2"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 214°50'29,7" e 1.783,301 metros, até o Marco 04 de coordenadas geográficas aproximadas 09°51'07,6"S e 37°22'27,5"Wgr. **SUL:** Do marco antes descrito, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 293°32'08,6" e 1.088,676 metros, até o Marco 05 de coordenadas geográficas aproximadas 09°50'53,6"S e 37°23'00,2"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 293°28'30,9" e 2.003,616 metros, até o Marco 06 de coordenadas geográficas aproximadas 09°50'28,1"S e 37°24'00,8"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 293°17'10,0" e 1.547,81 metros, até o Marco 07 de coordenadas geográficas aproximadas 09°50'08,4"S e 37°24'42,8"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 293°08'17,0" e 1.802,317 metros, até o Marco 08 de coordenadas geográficas aproximadas 09°49'45,1"S e 37°25'14,8"Wgr. **OESTE:** Do marco antes descrito, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 32°47'57,4" e 1.674,455 metros, até o Marco 09 de coordenadas geográficas aproximadas 09°48'54,2"S e 37°25'12,3"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 32°52'16,3" e 1.327,857 metros, até o Marco 10 de coordenadas geográficas aproximadas 09°48'22,7"S e 37°24'48,8"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 31°45'32,1" e 1.529,008 metros, até o Marco 11 de coordenadas geográficas aproximadas 09°47'40,3"S e 37°24'22,6"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 31°56'05,3" e 1.637,885 metros, até o Marco 12, início da descrição deste perímetro.

Parágrafo Único - A Ilha de São Pedro, integrante da área indígena em questão, possui a superfície de 96,75 ha (noventa e seis hectares e setenta e cinco ares) e perímetro de 9,5 km (nove e meio quilômetros).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de dezembro de 1991; 170ª da Independência e 103ª da República.

FERNANDO COLLOR
Jarbas Passarinho

4. A COMUNIDADE XOKÓ: MODO DE VIDA

A descrição que se segue é uma etnografia da comunidade Xokó hoje sediada na ilha de São Pedro. Pretende incorporar a sua constituição e as modificações que vão sendo feitas ao longo dos anos, desde que o grupo se estabeleceu na pequena ilha em 1979, tendo anos mais tarde acesso ao território da Caiçara de dimensões bem mais amplas, o que coloca novas perspectivas e desafios para o grupo.

A população da ilha inicialmente constituída de 150 pessoas, ampliou-se para cerca de 250 índios que aí residem atualmente. Esta população às vezes se amplia com o deslocamento de parentes que, morando espalhados pelas vizinhanças, demoram-se em temporadas na aldeia. Mais de uma centena e meia de moradores em localidades próximas são identificados como ligados por laços de parentesco aos índios de São Pedro.

O modo de vida dos habitantes da ilha, aparentemente pouco difere das populações rurais da região, com que partilham também características do tipo físico, inclusive fortes traços negróides. Como foi visto, os habitantes da antiga missão de São Pedro ao

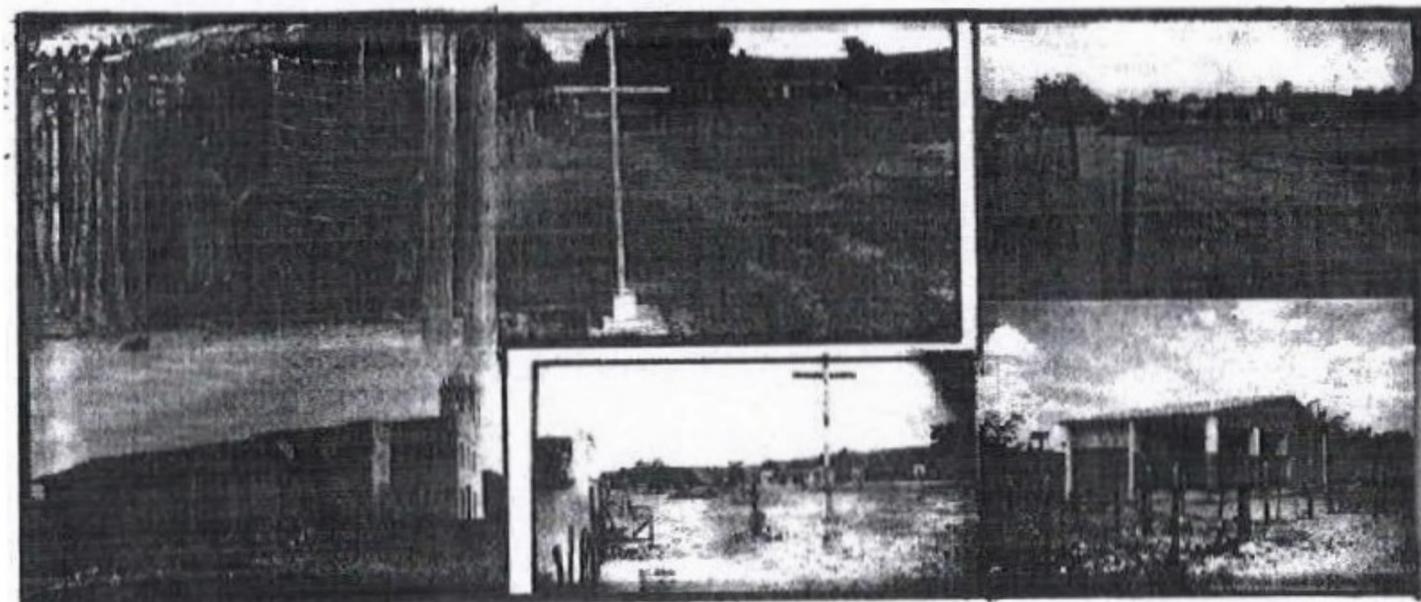


longo dos tempos também tiveram momentos de encontro, conflitos e trocas com brancos e negros resultando em mudanças no tipo físico e no entrelaçamento de elementos culturais.

A aldeia

Foi reconstruída a partir do momento em que retomaram a ilha. Da ocupação do tempo da missão restavam apenas a igreja, o cemitério e as ruínas do antigo convento dos capuchinhos. As casas construídas no primeiro momento de troncos e palhas foram substituídas por construções de taipa e, muito recentemente, por casas mais sólidas de alvenaria e cobertura de telhas, algumas com pisos e revestimentos cerâmicos. Restam hoje poucas casas de taipa. Muitas residências têm água encanada e a eletrificação está prestes a ser implantada. O mobiliário e os utensílios que abrigam variam, a depender das posses dos seus ocupantes. A televisão está incorporada ao cotidiano da aldeia, como outros equipamentos domésticos que suas posses permitem adquirir.

Em frente à igreja, antiga construção feita pelos capuchinhos e hoje tombada pelo Patrimônio Histórico Estadual (1984), bem ao lado do cruzeiro, uma estátua de índio em posição de lançar flecha, enfeitado com tanga e cocar, tendo aos pés uma cobra, numa idealização dos índios das matas, representação bastante difundida entre a população local e partilhada também pelos Xokó.



Agricultura, pesca e pecuária

A posse da terra é coletiva, mas o cultivo é feito através do sistema de roças familiares onde se destaca o plantio de produtos básicos para sua alimentação como o milho, o feijão e a mandioca (macaxeira), alguns legumes e verduras. Embora plantem também o algodão para ser vendido, as atividades agrícolas são voltadas sobretudo para a subsistência. O cultivo de arroz, atividade já praticada na antiga missão e muito importante nos tempos em que moravam na Caiçara como meeiros e assalariados, não chegou a ser implantado com sucesso. Depois de terem conseguido as terras da Caiçara deram-se conta de que as lagoas que se formavam após a enchente do rio minguaram quando as águas do São Francisco foram retidas pelas barragens das hidrelétricas, das quais Xingó foi a última inaugurada. A pesca, tradicionalmente uma atividade fundamental para a alimentação do grupo, embora tenha ainda um peso significativo, é hoje praticada com menos intensidade. As barragens fizeram escassear o peixe e as pescarias tornam-se cada vez menos compensadoras. O número de canoas diminuiu muito na aldeia. O que tem crescido é o gado. De pescador o Xokó está se transformando em criador. Criador de gado bovino. Esta é uma atividade que vinha sendo experimentada timidamente por alguns indivíduos e contida pela pouca terra de que dispunham. Intensificou-se recentemente com a posse da Caiçara e com o financiamento de projetos que visam desenvolver comunidades rurais. Associada à pecuária, vem o plantio de pastagens e a aprendizagem de muitas outras atividades previstas no projeto, cuja execução é ainda muito incipiente. Os Xokó estão se transformando em índios criadores, incorporando experiências muito recentes de financiamentos por banco, visando uma produção voltada para o mercado regional.

Vê-se, pois, que a definição sobre o uso da terra agora sob sua posse, se faz no contexto das alterações porque passa a região do baixo São Francisco sujeita a interferências do Estado através da construção de barragens e de projetos financiados de pecuária e agricultura irrigada visando o desenvolvimento da região.

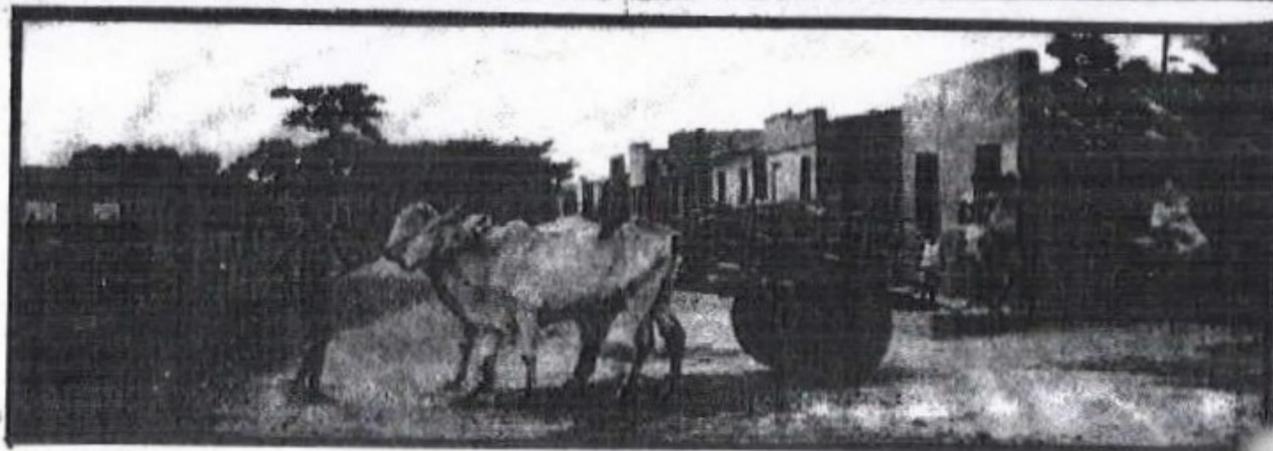
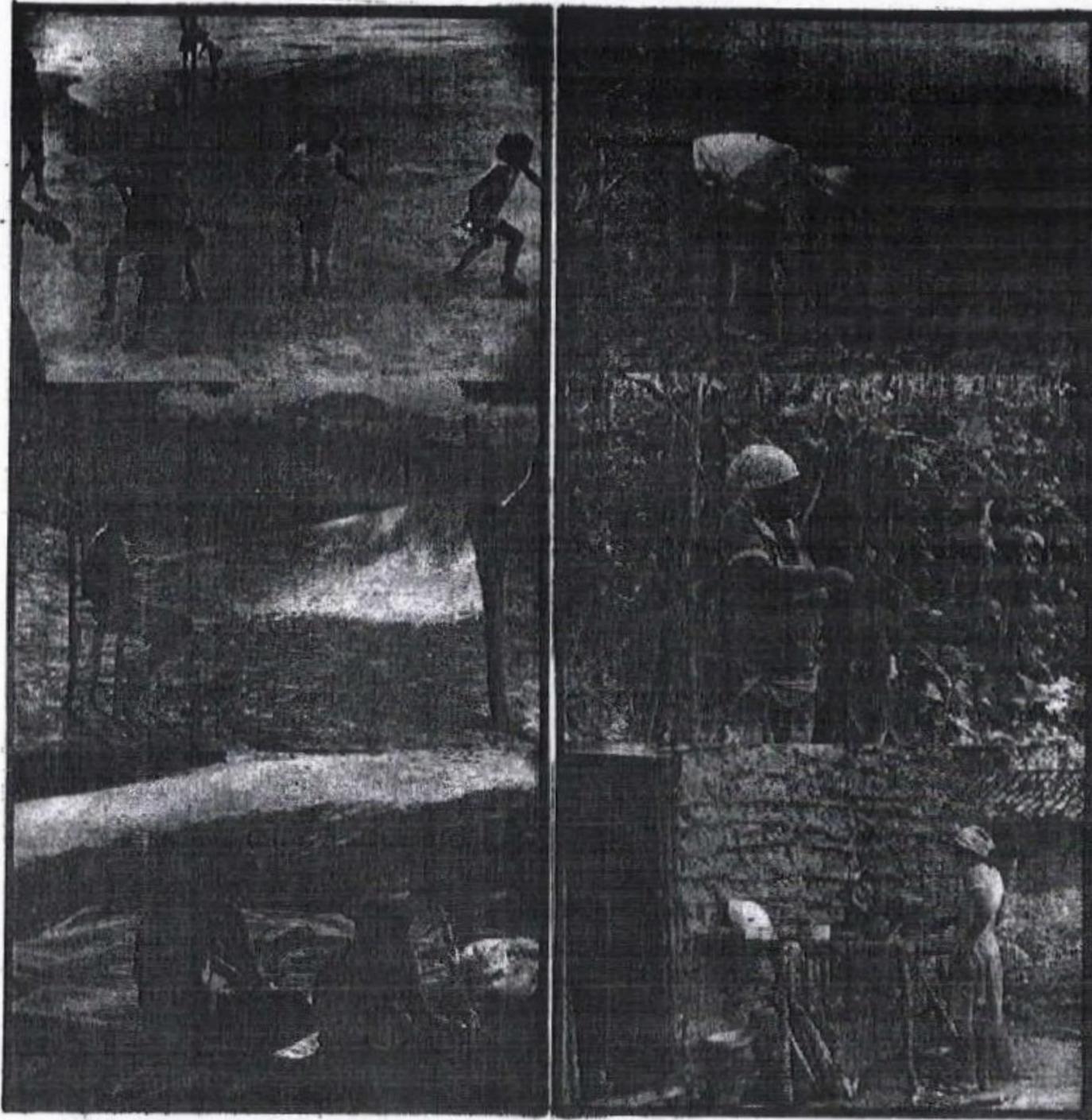
Ao lado de mudanças mais profundas e estruturais como esta acima anunciada, os Xokó desenvolvem atividades tradicionais e importantes na manutenção do grupo, inclusive pelo seu peso simbólico. É o caso da cerâmica.

A cerâmica

A fabricação de objetos a partir do barro é ocupação muito antiga entre os Xokó. Como na ilha onde moram não há argila adequada ao fabrico da cerâmica, os homens vão buscá-la na Caiçara. Depois de seca, batem com pedaços de madeira de modo a reduzi-la a pó que é peneirado para retirar as impurezas. Cabe às mulheres modelar as peças utilizando a técnica de superposição de roletes de argila. Para dar-lhes acabamento, usam pedaços de madeira, de metal e de frutos por eles denominados de *alisador*, *raspador*, *coité* e *capuco*. Os Xokó não utilizam o torno nem o forno na fabricação da cerâmica. As peças depois de modeladas são postas para secar à sombra e ao sol, e, mais tarde, juntando-se a produção de vários dias e de diversas ceramistas, elas são queimadas em grande fogueira.

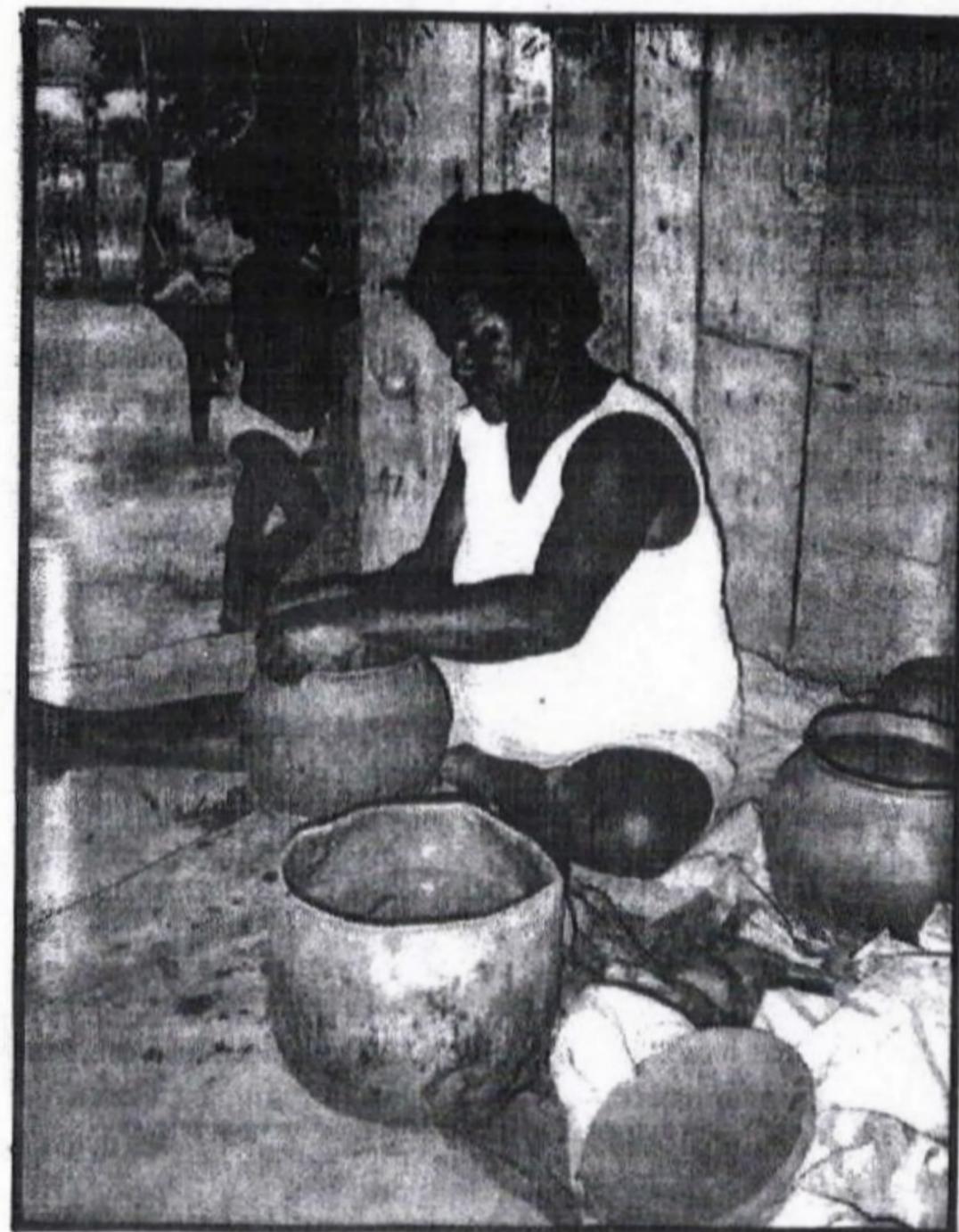
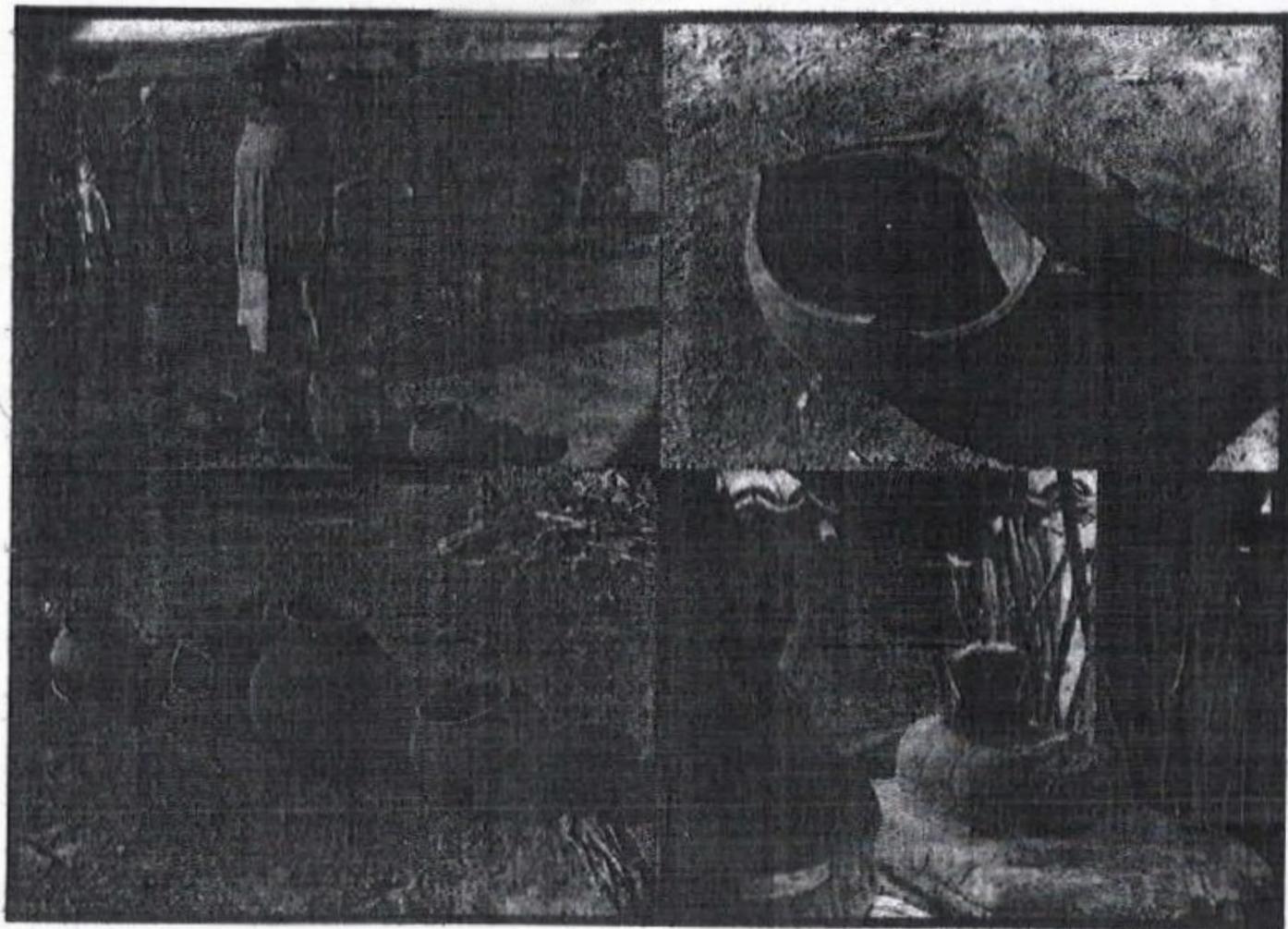
Fabricam sobretudo objetos destinados ao uso doméstico e, mais especificamente, relacionados com preparo e armazenamento dos alimentos: potes, panelas, cuscuzeiros, fogareiros etc. A cerâmica é vendida nas feiras, nas povoações próximas, sobretudo em Pão de Açúcar, cidade com que mantêm um contato muito estreito. Consumida pela população regional de base rural que a utiliza no contexto doméstico culinário, a cerâmica assume maior importância econômica para os Xokó nos momentos de queda da produção agrícola.

Atividade essencialmente feminina, o trabalho com o barro entra no conjunto de proibições a que estão sujeitas as mulheres no resguardo após o parto. Durante esse período, que se estende por quarenta dias, elas não fabricam cerâmica e a sua alimentação especial deve ser preparada em vasilhame de barro que não tenha sido ainda utilizado, ou seja, deve ser cozinhado em *panela de asa e nova*. O fazer e o usar os utensílios de barro vinculam-se a crenças e remetem ao modo como concebem a origem da sua cerâmica. Nomeando-se como *paneleiras*, vêem o trabalho com o barro como uma atividade relacionada com os *troncos velhos*, coisa que os índios faziam desde o começo do mundo. Dessa forma, associam a cerâmica aos índios e às suas origens. Convém ressaltar que os relatos escritos sobre a missão de São Pedro no século XIX sempre registram a fabricação de cerâmica como uma atividade de destaque entre os índios. Continuou sendo praticada nos tempos em que viviam como meeiros na Caiçara. Quando o grupo se instalou na ilha de São Pedro o trabalho das oleiras teve continuidade trazendo-se a matéria-prima de fazendas situadas no estado de Alagoas, pois estava a eles interdito o acesso aos barreiros da Caiçara. Até



hoje, as panelas das oleiras da ilha são muito conceituadas entre os consumidores regionais.

Outras atividades artesanais estão sendo desenvolvidas pelo grupo como a confecção de colares, arcos e flechas, tendo sobretudo destinação ritual na composição da identidade, funcionando como sinais de uma diferenciação e símbolos de uma indianidade, que vai se tornando mais visível.



Escola e saúde

As crianças frequentam escola na própria aldeia, onde funciona atualmente uma unidade de ensino com as quatro primeiras séries do primeiro grau. Os ensinamentos são transmitidos em português, única língua hoje falada pelo grupo. Para os que querem ir além dos estudos oferecidos na aldeia, a alternativa é estudar em Pão de Açúcar, para onde se deslocam diariamente

cerca de duas dezenas de jovens, a indicar que a população da ilha muito se empenha na aquisição de educação formal.¹³

No seio da família, que tem importância fundamental na vida econômica e social da comunidade, as crianças e os jovens vão absorvendo valores e normas de conduta. São incentivados a procurar casamento dentro do próprio grupo. Do mesmo modo, são treinados nas tarefas apropriadas ao seu sexo e idade, aprendendo a cuidar das roças, das crianças, a fazer cerâmica, a pescar etc. A presença do rio é uma grande fonte de divertimento para as crianças, que entre as muitas brincadeiras incluem o toré, incentivado pelos adultos como mecanismo de socialização e valorização da dança, tida como própria dos índios.¹⁴

No campo da saúde recorrem à medicina científica, valendo-se sobretudo dos médicos e das instituições sediadas em Pão de Açúcar. Foi construído recentemente um posto de saúde na própria ilha. Continuam porém muito procuradas as rezadeiras. Detêm conhecimentos tradicionais sobre plantas curativas e delas fazem constante uso.¹⁵ Este é associado, muitas vezes, a rituais mágico-religiosos onde a jurema tem papel de destaque. No manuseio desta, o pajé vai gradativamente se configurando como agente aglutinador na retomada de práticas religiosas centradas no toré.

Religião

O toré, de acordo com relatos orais e as fontes escritas, fazia parte da tradição cultural dos índios da missão de São Pedro, sendo terminantemente proibida pelos missionários e tenazmente realizado pelos índios. Com a dispersão destes no fim do século passado, a família dos líderes religiosos detentores do saber específico sobre o toré migrou para Porto Real de Colégio. Privado do

¹³ - A Secretaria de Educação do Estado de Sergipe criou, em 1993, um Núcleo de Educação Indígena (NEI) que tem garantido a presença de professor na ilha. Em outros momentos esta presença foi patrocinada por entidades não governamentais, prefeituras municipais e FUNAI.

¹⁴ - Sob a orientação da Profa. Ilka Bichara, alunos da UFS estão realizando um estudo sobre brincadeiras infantis na ilha de São Pedro.

¹⁵ - O uso de plantas com fins mágicos e medicinais entre os Xokó da ilha de São Pedro e os Kariri-Xokó é estudado por Clarice Mota em tese de doutorado intitulada: *As Jurema told us: Kariri-Shoko and Shoko mode of utilization of medicinal plants in the context of modern northeastern Brazil*. Texas at Austin, 2 vol. 1987. Dentre a longa relação de plantas consta o uso de marizeira como anti-hemorragico e para fortalecer o sangue; brilhantina para dor de ouvido e proteção espiritual das casa, jurema mansa para dor de dente, *banhos de limpeza* e fabricação de *poção* (vinho) usada em rituais.

pajé e obrigado a camuflar a sua ascendência indígena como estratégia de sobrevivência, o grupo que permaneceu nas terras do antigo aldeamento de São Pedro deixou de realizar o ritual, que vai sendo retomado num processo de reelaboração de práticas culturais vinculadas ao uso da jurema tão difundida entre os índios nordestinos.

Para os índios do Nordeste, o toré - ou formas religiosas que aparecem com outros denominações - constitui forte elemento de afirmação de identidade veiculando valores e crenças no interior do grupo indígena e constituindo-se em forma de afirmação perante os não índios.

Desse modo, no processo de afirmação da identidade étnica dos Xokó da ilha de São Pedro o toré vai ser reativado, tendo porém muitos significados. Em espaços públicos, realizam a dança exibindo saiotes de fibras vegetais, enfeites de penas e pinturas corporais, elementos com que procuram marcar suas diferenças em relação às populações não índias e desenvolver atitudes de reforço de solidariedade grupal. No cotidiano da aldeia, o toré pode ser dançado sem roupas especiais ou enfeites como divertimento de adultos e de crianças. Pode ser dançado, do mesmo modo que outras danças tradicionais como o samba de coco, no interior da igreja durante a missa, sobretudo em celebrações que evocam a retomada das terras. Mas pode ser também um ritual sagrado e secreto de caráter mágico-religioso realizado em dias certos, com participação exclusiva de índios tendo forte conteúdo afetivo e simbólico de ligação com antepassados. Esta é uma dimensão menos visível do toré, porém muito forte na marcação de identidade e solidariedade grupal.

DANÇA DO TORÉ



Foto: Hélia Barreto, 1995. Acervo do MUHS/UFS

Bastante visível e muito forte é a presença do catolicismo entre os Xokó. Eles praticam uma forma de catolicismo popular mesclada com elementos diversos. Cultuam São Pedro, padroeiro da ilha, tendo particular devoção por uma imagem carinhosamente chamada de São Pedrinho. Esta, segundo dizem, foi encontrada por seus ancestrais ao pé de uma *baraúna* no tempo em que se derrubava a *mata virgem* para construir a igreja, numa narrativa em que a idealização dos índios habitantes das selvas se mistura com a presença de missionários. Dessa forma, como produto da reflexão sobre sua história vão elaborando mitos sobre sua aldeia e seu viver. A missão marcou profundamente a visão de mundo e a religiosidade do grupo cuja rotina incorpora rezas, novenas e todo um devocionário de base cristã. É muito forte a vinculação dos habitantes da aldeia com as imagens dos santos católicos que estão na velha igreja. No momento da retomada da ilha, ao se darem conta de que a imagem do santo padroeiro tinha sido deslocada para o Museu de Arte de São Cristóvão, exigiram seu retorno à igreja local e compuseram cantos em sua homenagem, proclamando a sua proximidade com o santo:

Olhe São Pedro, o senhor não está só.

Está arroteado pelos índios Xocó.¹⁶

Durante as últimas décadas, a presença de sacerdotes e agentes religiosos vinculados à chamada igreja progressista tem tido influência sobre eles, inclusive no processo de retomada das terras e na reativação de sinais de indianidade, alguns deles incluídos nas celebrações de ritos católicos. Isto se torna mais visível nas comemorações anuais de retomada das terras, realizadas na ilha com forte afluência das populações das vizinhanças e de representantes de grupos indígenas.

Política

No plano político os Xokó nomeiam suas lideranças com palavras que remetem às antigas sociedades indígenas. Além de um Conselho composto por dez membros têm um cacique que é periodicamente eleito, a quem cabe

¹⁶ - O canto é da autoria de Paulino (Paulo Acácio) poeta, compositor, tocador de violão que deixou muitas cantigas que retratam sentimentos e a luta pela retomada das terras, da qual foi um dos líderes.

dar encaminhamento às questões internas e de relacionamento com a sociedade mais ampla e com os poderes constituídos. Dentre estes destaca-se a FUNAI, órgão do governo que tutela as populações indígenas e, desde 1979, tem marcado presença entre os Xokó, instalando em 1983 um posto na ilha, através do qual lhes presta assistência. Buscando apoio em órgãos governamentais, ou em entidades da sociedade civil, suas lideranças têm transitado com certa desenvoltura nos cenários de discussão das questões indígenas. Recentemente, a exemplo de outros grupos, foi criada uma entidade com registro formal em cartório visando lidar com instituições capazes de atender as demandas econômicas, de saúde e educação.

Essa rápida descrição sobre o modo atual de viver dos Xokó deixa claro que eles não são iguais aos índios do tempo da chegada dos portugueses ao Brasil. São populações que, após viverem em aldeamento missionário por dois séculos, foram expropriados de suas terras e viveram durante quase um século como moradores de fazendas assentadas sobre os terrenos do extinto aldeamento que, no limiar do século XXI, retomam a luta pela reconquista da terra e, junto com ela, reconstroem uma identidade étnica. Neste processo, essencialmente dinâmico e criativo, velhos elementos são retomados com novas significações, tendo como pano de fundo as relações de negociação, conflito e alianças estabelecidas com os outros segmentos da sociedade.

5. CONCLUSÃO: ÍNDIOS NO LIMIAR DO SÉCULO XXI

Ao longo do texto foi-se evidenciando como a identidade étnica é algo em constante transformação que vai se delineando no processo efetivo da vida social e em constante diálogo com a história e a memória. O mesmo foi afirmado em relação à cultura, que é sempre dinâmica, razão pela qual não podemos cobrar dos índios — como de nenhum outro povo — “pureza cultural”. Do mesmo modo, não se justifica a cobrança de caracteres físicos de uma idealizada “raça indígena”, sobretudo porque a identidade étnica é uma definição social e o social não se determina pelo biológico. Os grupos étnicos têm seus critérios próprios de inclusão e exclusão. O importante é que os índios se reconheçam e sejam reconhecidos como índios e como parcela da sociedade brasileira.

Foi visto também que remanescentes de índios aldeados, depois de terem vivido sob o regime das missões e terem sido dispersos pela violência

dos fazendeiros, no final da década de setenta deste século, trabalhando a identidade Xokó retomaram a luta pela reconquista de parte dos territórios dos seus ancestrais e afirmação de seus direitos. Organizando-se internamente e articulando alianças com diversos segmentos da sociedade conseguiram a posse legalizada da Ilha de São Pedro e da Caiçara. Tiveram, desse modo, o reconhecimento oficial de seus direitos históricos sobre o território do antigo aldeamento. Estreitaram os contatos com outros grupos indígenas, sobretudo do Nordeste, participando de muitos encontros, alguns dos quais realizados na Ilha de São Pedro. Novos líderes surgiram e sucederam-se. Conquistaram espaço na mídia e tornaram-se interlocutores nos debates e encaminhamento das suas reivindicações junto ao governo e aos movimentos sociais, colocando-se como sujeito político coletivo, como povo indígena.

QUESTÃO XOKÓ NA IMPRENSA

Araçáju, sábado, 14 de dezembro de 1991. JORNAL DE SERGIPE

Terras dos Xokó serão demarcadas

Os representantes da tribo Xokó, residentes na Ilha de São Pedro, em Porto de Pedras, podem ter direito às terras do Povoado Caiçara, de acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai). A informação foi dada ontem pelo ex-vice-governador Xoco José Apolinário, que manteve contato com a Funai. Segundo ele, o ministro da Justiça, Jacson Frazão, estaria pronto a assinar o documento final, que daria posse da área demarcada. O ex-vice-governador que, antes mesmo do final deste ano a questão esteja resolvida. A fazenda tem sido motivo de disputa entre os índios e a família Brasil há cerca de 10 anos e foi demarcada por lei do órgão há três anos. Apesar desta novidade, os índios estão preocupados com a seca que já começa a atingir a ilha. (Página 1-B).

Funai anuncia intervenção em Sergipe

O coordenador do Conselho Indigenista Brasileiro - CIBI - para a região Nordeste, Fábio Alves garantiu ontem que a Funai dará em breve, início na Ilha de São Pedro, de posse das terras dos índios Xokó também localizados na Ilha de São Pedro.

Intervenção da Funai (à direita) de um campo de trabalho indígena que prova a importância da posse das terras da Ilha de São Pedro. Também o Departamento Geral do Patrimônio Cultural (DGPC) tem entre os trabalhos antropométricos, que servem de suporte para a demarcação das terras que estão sendo...



Dessa forma, como resultado de um longo processo histórico de interação com a sociedade brasileira e com outros grupos indígenas, os Xokó situam-se no conjunto da população indígena brasileira. Hoje, ao lado das tradicionais atividades de pesca, agricultura e cerâmica, buscam recursos para desenvolver melhorias no campo de educação e da saúde e implementar novas atividades econômicas, enfrentando os desafios e a imprevisibilidade embutidos nas situações novas que prenunciam grandes mudanças. Ao mesmo tempo, procuram

retomar práticas de um passado indígena agora revestidas de novos significados. Reativam e atualizam a memória. Aprendem com os velhos ou com outros grupos indígenas a confecção de artefatos e ritos através dos quais proclamam sua indianidade e recriam a cultura, somando velhas experiências e novos saberes, lançando pontes entre o passado e o futuro.

Em vários momentos foram feitas referências a índios do Nordeste com os quais os Xokó mantêm contatos. Ao contrário do que muitos pensam, a região abriga uma população indígena significativa. São quase três dezenas de povos indígenas espalhados por diferentes estados. Podem ser citados como exemplos os Kiriri, os Pataxó, os Tuxá, os Kaimbé que vivem na Bahia; os Xokó em Sergipe; os Wassu, os Karapotó, os Tingui-Botó, os Kariri-Xokó em Alagoas; os Truká, os Xukuru, os Pankararu, os Fulniô em Pernambuco; os Potiguara na Paraíba; os Tremembé e os Tapeba no Ceará. Um traço comum aos índios da região é a ausência de diferenças muito visíveis em relação às populações regionais. A exceção dos Fulniô, que falam uma língua própria, os demais expressam-se em português. Todos porém consideram-se índios, afirmam identidade étnica, em alguns casos vivendo experiências muito semelhantes aos Xokó.

Isso implica admitir que o futuro do Brasil deve ser projetado com os índios ao nosso lado. Que seu desaparecimento não é inexorável. Eles fazem parte da nossa contemporaneidade e estão aí para ficar. Do jeito que são e do jeito que virão a ser, pois os índios vão continuar se modificando. Têm o direito de fazerem as mudanças que julgarem necessárias nas suas sociedades e em seus modos de ser e pensar. Do mesmo modo, têm o direito de manterem sua organização social, seus costumes, suas línguas, crenças e tradições, bem como as terras que tradicionalmente ocupam. Estes são direitos inscritos na Constituição Federal de 1988 (artigo 231), cuja efetivação depende de todos nós. Saber respeitar as diferenças, aceitar os índios do jeito que são, participando conosco das decisões sobre seu futuro, é reconhecer o valor da diversidade cultural acoplado a uma igualdade de direitos.

Esse é um dos desafios que se impõe à sociedade brasileira no novo milênio.

6. ROTEIRO BIBLIOGRÁFICO E DE INFORMAÇÕES SOBRE ÍNDIOS

Nesta parte final do livro a proposta é oferecer um elenco de fontes de informações sobre índios, particularmente sobre índios em Sergipe.

É importante que o professor tenha conhecimento sobre livros e outras fontes a que pode recorrer para aprofundar seus estudos e indicar para seus alunos. Para que estes possam cumprir adequadamente uma determinada tarefa é fundamental que estejam munidos de algumas indicações básicas sobre onde pesquisar, de modo que possam encontrar o que procuram. Com este objetivo foi incorporado um curto roteiro bibliográfico e de informações sobre outros recursos, como exposições e audiovisuais, bem como uma relação de instituições onde esses materiais podem ser procurados.

A bibliografia é constituída de uma relação de obras que foram agrupadas segundo o nível de abrangência com que tratam a temática indígena: Brasil, Nordeste, Sergipe, Xokó.

Em relação aos índios do Brasil, existem roteiros bastante amplos incluindo bibliografia e outras fontes ao alcance dos professores. Ver, por exemplo, capítulos específicos de *A Questão Indígena na Sala de Aula* e *A Temática Indígena na Escola*, livros que integram a bibliografia. Aqui foram selecionadas apenas algumas obras básicas, escritas em linguagem acessível, que dão uma visão de conjunto sobre as sociedades e as culturas indígenas e permitem aprofundar algumas questões conceituais aqui colocadas. Neste primeiro bloco foram destacados alguns livros que apresentam propostas concretas de trabalhar a questão indígena no 1º e no 2º graus. Com estes se inicia a bibliografia enquanto as demais obras seguem indicadas por ordem alfabética dos seus autores.

À medida que se reduz a abrangência, se amplia o nível de inclusão de trabalhos referenciados. Desse modo, sobre o índio no Nordeste e em Sergipe incluímos artigos de revistas. Em relação aos Xokó foram mencionados também relatórios e teses que, embora sejam de difícil acesso por não terem sido publicados, dão uma idéia do que vem sendo pesquisado sobre este grupo indígena. Os jornais locais, a partir do final dos anos setenta, têm noticiado as questões envolvendo os Xokó, constituindo-se em fonte de pesquisa para professores e alunos.

1. ÍNDIOS NO BRASIL

1.1 - Obras que articulam a questão indígena e a escola.

LOPES DA SILVA, Aracy. *A Questão Indígena na Sala de Aula - subsídios para Professores do 1º e 2º graus*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

LOPES DA SILVA, Aracy. *Índios*. São Paulo. Ática, 1988. (Coleção Ponto por Ponto).

LOPES DA SILVA, Aracy e GRUPIONE, Luís Doniseti Benzi. *A Temática Indígena na Escola - Novos Subsídios para Professores do 1º e 2º Graus*. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.

1.2 - Obras Gerais

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Antropologia do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

_____. *Os Direitos do Índio*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

_____. (org.). *História dos Índios*. São Paulo. FAPESP/CMC/Companhia das Letras, 1992.

GOMES, Mércio Pereira. *Os Índios e o Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1988.

JUNQUEIRA, Carmen, *Antropologia Indígena - uma introdução*. São Paulo, EDUC, 1991.

MELATTI, Júlio César. *Índios no Brasil*. 48ª ed. São Paulo, Hucitec, 1983.

RAMOS, Alcida Rita. *Sociedades Indígenas*. São Paulo, Ática, 1986

RIBEIRO, Berta. *O Índio na História do Brasil*. São Paulo, Global, 1983.

RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização*. 4ª ed. Petrópolis, Vozes, 1982.

2 - ÍNDIOS NO NORDESTE

ANAÍ - *Os Povos Indígenas na Bahia*. [Salvador] Associação Nacional de Apoio ao Índio - Bahia. 1981.

ANTUNES, Clóvis. *Wakonã, Kariri, Xukuru: Aspectos sócio-antropológicos dos remanescentes indígenas de Alagoas*. Macció, UFAL, 1973.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Os Kariris de Mirandela, um grupo indígena integrado*. Salvador, UFBA, 1972.

CONDEPE, *As Comunidades Indígenas de Pernambuco*. Recife, Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco, 1981.

DANTAS, Beatriz Góis, SAMPAIO, José Augusto L. e CARVALHO, Maria

- do Rosário. "Os Povos Indígenas no Nordeste Brasileiro" In CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.) *História dos Índios no Brasil* São Paulo, FAPESP/Companhia das Letras/SMC, 1992.
- HOHENTHAL JR. W. D. "As tribos indígenas do médio e baixo São Francisco." *Revista do Museu Paulista*. N.S. São Paulo, vol. 12, p.37-86. 1960.
- MOONEN, Frans e MAIA, Luciano Mariz (org.). *Etnohistória dos Índios Potiguara: ensaios, relatórios, documentos*. João Pessoa, PR/PB_SEC/PB, 1992.
- PINTO, Estevão. *Os Indígenas do Nordeste*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935/1938. 2 vol.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João e LEITE, Jurandyr Carvalho Ferreira. *Atlas das Terras Indígenas do Nordeste*. PETI, Museu Nacional, 1993.
- PORTO ALEGRE, Sílvia, MARIZ, Marlene, DANTAS, Beatriz. (org.) *Documentos para a História Indígena no Nordeste*. São Paulo, NHII/USP/FAPESP, 1994. (É um instrumento de pesquisa que resume documentos do Ceará, Rio Grande do Norte e do Arquivo Público de Sergipe).

3 - ÍNDIOS EM SERGIPE

- BEZERRA, Felte. *Etnias Sergipanas*. Aracaju, J. Andrade, 1984. (1ª ed. 1949). Capítulo intitulado o "Elemento Indígena em Sergipe". Um abordagem histórica e antropológica.
- DANTAS, Beatriz Góis. "Os Índios em Sergipe" In DINIZ, Diana Maria de Faro (coord). *Textos para a História de Sergipe*. Aracaju, UFS/Banese, 1991. (Visão geral sobre a presença indígena em Sergipe da conquista aos dias atuais).
- _____. "Índios e brancos em conflito pela posse da terra; aldeia de Água Azeda, século XIX." In. *Anais do VIII Simpósio Nacional de Professores Universitários de História*. São Paulo, p. 221-252. 1976.
- _____. "Missão Indígena de Geru". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, nº 28, p. 65-87, 1979-1983.
- _____. "A Tupimania na Historiografia Sergipana." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, nº 29, p 39-47, 1983-1987.
- _____. "História de Grupos Indígenas e Fontes Escritas." *Revista de Aracaju*, nº 8, p. 115-123, 1985.

- DANTAS, Beatriz G. e DALLARI, Dalmo de A. *Terra dos Índios Xocó*. São Paulo, Comissão Pró-Índio, 1980. (Estudos e documentos sobre a presença do grupo indígena em Sergipe).
- FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *Os Enforcados - O índio em Sergipe*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. Petrópolis, Vozes. Governo do Estado de Sergipe, 2ª ed. 1987. (Além do capítulo sobre a conquista, o autor faz várias referências aos índios e às aldeias ao longo da obra).
- GUARANÁ, Armindo. "Glossário Etimológico dos nomes de língua tupi na geografia do Estado de Sergipe." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. nº 5, p. 297-326. 1916.
- MOTT, Luiz. *Sergipe d'El Rey: População, Economia e Sociedade*. Aracaju, FUNDESC, 1986. (Alguns capítulos tratam de aldeias e população indígena).
- NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989. (Capítulos: A integração do território sergipano à colonização portuguesa e O índio na formação sergipana).

3.1 - Documentos - instrumentos de pesquisa

- DANTAS, Beatriz Góis. (org.) *Repertório de Documentos para a História Indígena - Sergipe*. São Paulo, NHII/USP/FAPESP, 1993. (Resume 329 documentos do Arquivo Público referentes à presença indígena em Sergipe).
- _____. "Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos de Aracaju." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, nº 31, p. 13-30. 1992. (Levantamento que identifica a presença de documentos sobre índios em arquivos de Aracaju).

4 - XOKÓ

- Existem poucos textos publicados sobre Xokó acessíveis ao grande público. Alguns trabalhos acadêmicos não chegaram a ser publicados sob a forma de livros. Vão abaixo indicados juntamente com relatórios de pesquisas e textos produzidos pela FUNAI.
- DANTAS, Beatriz G. e DALLARI, Dalmo de A. *Terra dos Índios Xocó*. São Paulo, Comissão Pró-Índio, 1980. Estudos e documentos sobre a presença

ONDE ENCONTRAR INFORMAÇÕES SOBRE ÍNDIOS

(Aracaju)

Biblioteca Pública Epifânio Dórea. Rua Vila Cristina (prolongamento). Praia 13 de Julho.

Biblioteca Clodomir Silva. Rua de Bahia, 670. Siqueira Campos.

Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe. Campus Universitário.

Museu do Homem Sergipano. UFS. Praça Camerino, 227. Centro.

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Rua de Itabaianinha, 54. Centro.

Arquivo Público Estadual de Sergipe. Praça Fausto Cardoso, 348. Centro.

Arquivo do Judiciário . Fórum Desembargador Vasconcelos. Praça Olímpio Campos, 417. Centro.

Núcleo de Educação Indígena. DED/ Secretaria de Educação do Estado de Sergipe.

Divisão de Tecnologia de Ensino. DED/Secretaria de Educação do Estado de Sergipe